



ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e nove, às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores de Joinville, realizou-se a centésima décima quinta Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, Conselheira **Cléia Aparecida Clemente Giosole**, Presidente do CMS, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida fez a leitura da Pauta do dia: PAUTA - 1-EXPEDIENTES: 1.1 Apresentação e aprovação da Pauta da Reunião; 1.2 Entrega das Atas das Assembleias do dia 25.05.09, 24.11.08 e 21.09.09; 1.3 Encaminhamento da Apresentação da ARCD na Assembleia do dia 28.09.09, à Comissão de Assuntos Internos; Aprovado. 2-ORDEM DO DIA: 2.1 Apresentação dos Serviços realizados pela APAE de Joinville; 2.2 Apresentação da Secretaria Municipal de Saúde referente a Prestação de Contas do 3º Trimestre de 2008 analisada pela Comissão de Assuntos Internos. 2.3 Apresentação do Parecer nº 030/2009, referente Prestação de Contas do 4º trimestre de 2008 do CEREST. 2.4 Apresentação do Parecer nº 031/2009, referente Prestação de Contas do Abrigo Animal. 2.5 Apresentação do Parecer nº 032/2009, referente solicitação de convênio do Instituto de Pesquisa, Educação, Prevenção e Apoio às vítimas de Acidentes de Trânsito-INPAT. 2.6 Apresentação do Parecer nº 033/2009, referente Prestação de Contas do 1º semestre de 2009 do CEREST. 2.7 Apresentação do Parecer nº 034/2009, referente Plano de Ação e Aplicação Regional 2009 do CEREST. 2.8 Discussão e encaminhamento referente conteúdo da Resolução nº 037/08 que dispõe sobre a solicitação de uma auditoria no HMSJ; 2.9 Apresentação do Relatório de Participação da Oficina de Orçamento e Financiamento no SUS. 3-ASSUNTOS DIVERSOS - 4-INFORMES GERAIS. A pauta foi aprovada, considerando a solicitação da presidente de inversão de pauta, ou seja, leitura dos informes como primeiro item de pauta. Sra. Lila Jerusa iniciou a leitura dos informes: "5- Ofícios n. 165 e 174/09, da ARCD, encaminhando para apreciação do CMS, o Plano de Trabalho para o ano de 2010, o comparativo entre as metas propostas e Alcançadas no ano de 2008 e o Contrato de Gestão celebrado entre o município de Joinville e a ARCD" **Aprovado o encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos.** 6) Ofício n. 549/09/SMS/CEREST, encaminhando para conhecimento do CMS, documentos referente débito indevido na conta de energia elétrica do Cerest. **Aprovado o encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos.** 7) Ofício n. 624/09/MDV, encaminhando para apreciação do CMS, relatório mensal de suas atividades, referente o mês de agosto, deste ano. A presidente falou aos conselheiros: *"Isso aqui já ficou acordado que ficaria no conselho e no final do ano ia ser feito um todo, então a gente está encaminhando pra CAI e fica na Secretaria Executiva, é isso? E no final vai tudo pra Cai, então tá, então não tem nada."* Conselheira Michele sugeriu que se devolvesse e fizesse um condensado semestral, como foi aprovado. A presidente se manifestou: *"Só que não foi aprovado aqui ainda, isso."* Conselheira Bruna Heinz de Souza lembrou que foi aprovado na última assembleia que a Cai analisaria semestralmente e sugeriu que as instituições fossem comunicadas. A Presidente comentou: *"A Cai iria avaliar e não que deveria vir condensado, então a Cai vai avaliar semestralmente."* *"A mesa diretora vai fazer, já que já foi deliberada pela Plenária, vai fazer esse informe aos órgãos competentes"* 8) Ofício n. 776/09/HMSJ, encaminhando para apreciação do CMS, os indicadores hospitalares referente ao período de janeiro à agosto de 2009. **Aprovado o encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos.** 9) Correspondência do Abrigo Animal, encaminhando prestação de contas referente os meses de julho e agosto, deste ano. 10) A Escola de Saúde Pública está disponibilizando dez vagas aos conselheiros, de preferência do segmento usuários, para participar da Oficina de Trabalho em Gestão Participativa e Controle Social, dia 21.10.09, durante todo o dia, em Florianópolis. **Prontificaram-se os conselheiros Mario Ivo Maiochi e Bruna Heinz de Souza. Aprovada a indicação dos conselheiros.** 11) Ofício n. 10/09,



da AASJOR, manifestando interesse em fazer parte do CMS e indicando como suas representantes a Sra. Maria Teresa Soares e Fabiane Suel de Borba, titular e suplente, respectivamente. 12) Correspondência do Instituto de Nutrição Elisa Bernardini, datado de 08.10.09, indicando como suas representantes a Sra. Tânia Maria Crescêncio e Maria Angélica Boschilia e Santos, titular e suplente, respectivamente. A presidente informou: "Então a partir de hoje, a nominata do Conselho Municipal Saúde está completa." 13) Ofício n. 437/09/SMS, solicitando Parecer do CMS quanto ao pleito do Hospital Jeser Amarante Faria para o credenciamento dos serviços de: oncologia pediátrica, terapia nutricional, traumatologia e alta complexidade queimados. **Aprovado o encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos.** 14) Ofício n. 071/09 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, encaminhando para apreciação do CMS, relatórios das conferências municipal e regional dos direitos da criança e do adolescente. **Aprovado o encaminhamento para a Comissão de Assuntos Internos e a proposta da Conselheira Bruna Heinz de Souza, de convidar esse conselho para fazer a apresentação do conteúdo do documento à Plenária.** 15) Ofício n. 260/09 do Grupo SALVHE, informando ao CMS que a Dra. Cleusa Regina de Moraes, doutora em hepatologia, atenderá como cortesia cinco pacientes do SUS com Hepatite B e C, por semana em seu consultório e também fará as biópsias de fígado no HMSJ. **Aprovado o encaminhamento para a Comissão de Assuntos Internos.** 16) Ofício n. 507/09/SMS, encaminhando para apreciação do CMS, minuta de Convênio de cooperação mútua e cópia de documentos encaminhados pela entidade, objetivando atender a permuta de serviços assistenciais de saúde proposta pelo Serviço Social da Indústria – SESI – Unidade Regional de Joinville. **Aprovado o encaminhamento para a Comissão de Assuntos Internos.** 17) Ofício n. 513/09/SMS, solicitando a indicação de dois representantes, do segmento usuário, para acompanhar o Convênio firmado entre o município de Joinville e HRHDS. Conselheiro Leonardo Rosalvo Jucinsky lembrou que já existem conselheiros acompanhando esse convênio. Conselheira Ana Maria Groff Jansen, Diretora Geral do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, informou que o ofício foi encaminhado apenas para ratificar o anterior. A presidente pediu aprovação da plenária para que a Mesa verifique e dê os encaminhamentos cabíveis. Pedido aceito pela maioria dos conselheiros presentes. 18) Ofício n. 186/09/HRHDS, indicando como sua representante, neste conselho, a Sra. Ana Maria Groff Jansen em substituição à Sra. Rita de Cássia Correa, a partir de 21.09.09. 19) Ofício n. 26/09, do CLS do CAIC Espinheiros, referente receitas de medicamentos (particulares) para uso na farmácia SUS. **Aprovado o encaminhamento para a Comissão de Assuntos Internos.** 20) Correspondência da Sra. Denise, solicitando auxílio para realização da cirurgia de seu esposo, Sr. Alcides Borges Silvestre. **Aprovado o encaminhamento para a Comissão de Assuntos Externos.** 21) Correspondência do Conselho Local de Saúde de Pirabeiraba solicitando apoio do CMS referente falta de material de trabalho para agentes comunitários de saúde. **Aprovado o encaminhamento para a Comissão de Assuntos Externos.** Justificativas de falta: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sr. Nelson Holz, na AGE de 21.09.09, problemas de saúde. Conselheira Michele Andrade de Souza manifestou voto contrário. CLS do Boehmerwaldt, Sr. Mario Ivo Maiochi, na AGE de 21.09.09, assuntos particulares. Aprovada. CLS do Lagoinha, Sr. Euclides Paterno, na AGE de 21.09.09, problemas de saúde. Aprovada. CLS do Vila Nova Rural, Sra. Ingrid Poltronieri, nas assembleias de 17 e 31.08.09, interdição da ponte do Rio Piraf. Aprovada. Conselheira Michele de Souza Andrade manifestou voto contrário e conselheira Tânia Maria Crescencio se absteve. CLS do Bom Retiro, Sra. Maria Helena Alves Maier, na AGO de 31.08.09, problemas de saúde. Aprovada. Conselheira Luiza De Bastiani manifestou voto contrário e conselheira Tânia Maria Crescencio se absteve. Instituto Laços de Solidariedade, Neusa Maria Alcântara, na AGO de 28/09/09, representando a instituição em outro evento na cidade de Lages. Aprovada. CLS Nova



Brasília, Sr. Valdir Vieira Rebello, na AGO de 21.09.09, participando de evento em Passo Fundo/RS. Aprovada. Hospital Dona Helena, na AGO de 28.09.09. Conselheiro Valmor João Machado e conselheira Tânia Maria Crescencio se abstiveram. A presidente convidou a Sra. Heloisa Walter a apresentar o item 2.1 da pauta. Sra. Heloisa cumprimentou a todos e iniciou sua apresentação pontuando que a APAE de Joinville presta serviços há 44 anos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social. Conta com 350 educandos (de 0 a 60 anos), 47 funcionários contratados pela APAE, sendo, 70 professores cedidos pelo Estado, 14 professores cedidos pelo Municípios e 03 Merendeiras cedidas pelo Município. Apontou o serviço de psicologia, que conta com os Técnicos responsáveis, Sra. Sonia Vitória Curvello que realiza 176 atendimentos/mês e Ildete Cesário Alecrim que realiza 104 atendimentos/mês. Comentou que a psicologia é uma ciência especializada no estudo da mente humana, no seu funcionamento cognitivo-emocional e nos transtornos mentais. O setor atende pessoas que apresentam déficit intelectual podendo ou não estar associado à deficiência física, transtorno mental, autismo, síndromes neurológicas e genéticas, distúrbios de aprendizagem sem restrição de idade. Mostrou o serviço de odontologia, sob a responsabilidade do Dr. Diego Moura Cidral, pontuou que a odontologia para pacientes com necessidades especiais tem como meta, manter a saúde bucal perfeita para o bem estar físico dos pacientes clinicamente comprometidos contribuindo assim para uma melhora em sua qualidade de vida. Citou alguns quantitativos de atendimentos realizados por esse serviço: Consultas: 320, Raspagem para arcada: 213, Restaurações: 76, Profilaxias: 70, Aplicação de Flúor: 67, Prescrição Receituário: 40, Prótese Parcial Removível: 07, Prótese Total: 01. Mostrou o serviço de Fonoaudiologia, sob a responsabilidade de Fabíola A. de Braga da Costa e Dilene Rosa, que realizam em média 244 atendimentos/mês. Pontuou que a fonoaudiologia é a ciência que atua nas áreas de prevenção, habilitação e reabilitação da fala, da linguagem, da voz, leitura e escrita, audição e da motricidade oral. Apontou também o serviço de fisioterapia e citou os responsáveis técnicos, as fisioterapeutas Giovana Aparecida Mafra e Ângela Maria da Silva, que juntas realizam uma média de 416 atendimentos/mês. Informou que o setor de fisioterapia atua na prevenção e reabilitação dos pacientes através de procedimentos, técnicas, metodologias e abordagens específicas para tratar, minimizar e prevenir as mais variadas disfunções. Mostrou os atendimentos do serviço de terapia ocupacional, sob a responsabilidades das profissionais Lucimar Weirich e Cristiana Mendes Fernandes Schmoeller, que juntas realizam 416 atendimentos/mês. Falou que a área da saúde voltada para análise e aplicação terapêutica de atividades, sendo que estas podem ser aplicadas de maneira direta ou indireta, física ou mental, ativa ou passiva, preventiva, corretiva ou adaptativa. Na área médica, apresentou os atendimentos realizados por cada profissional, sendo: Dr. Altair José de Mello (Clínico Geral): Quantidade de Atendimentos mês (média): 60, Dr. Lucio Merida Aspetti (Neurologista) : Quantidade de Atendimentos mês (média): 40 e Dr. Antonio Carlos Heinisch (Pediátrica): Quantidade de Atendimentos mês (média): 18. Informou que o atendimento médico é o primeiro contato clínico com o paciente e tem por finalidade avaliar suas condições definindo as possibilidades de tratamento de reabilitação na Instituição. Apontou também, o Serviço Social, sob a responsabilidade das profissionais, Lucia de Souza Prado e Francine Franz de Liz. Comentou que o Serviço Social é o primeiro setor em que a família ou responsável recebe atendimentos tais como: apresentação da Instituição, suas normas e objetivos de trabalho. Neste contato a assistente social busca o conhecimento da situação do usuário, através de uma avaliação inicial e acompanha sua adaptação, a fim de estabelecer o trabalho desenvolvido pela Entidade. Citou algumas atividades realizadas, Avaliação Inicial; Levantamento Socioeconômico; Avaliação/reavaliação de Pensão Estadual, BPC/LOAS; Visitas Domiciliares; Coordenação do transporte escolar; Mapeamento das famílias dos educandos; Elaboração de laudo, parecer e relatório social; Matrícula e rematrícula do educando; Encaminhamento Passe-livre urbano, intermunicipal e interestadual;



Encaminhamento ao processo para aquisição de veículos com objetivo da isenção do IPI; Encaminhamento de processos para aquisição de cadeiras de rodas; Encaminhamento para isenção do estacionamento rotativo. Apontou o serviço Pedagógico e apresentou a coordenação pedagógica, professoras Dilcea Santos Ribeiro e Sandra Maciel Arruda. Falou do trabalho desenvolvido pela equipe que sintetiza atendimento aos educandos com diagnóstico de deficiência intelectual frequentando níveis e modalidades do Ensino Regular.

155 Comentou também sobre a iniciação para o trabalho que desenvolve as habilidades funcionais psicopedagógicas e sociais para direcionamento ou não aos cursos profissionalizantes. Sra. Heloisa citou a Constituição Federal que garante, por meio das leis 7.853/89 e 8.213/91, a reserva de vagas para o mercado de trabalho para os portadores de deficiência em organizações da administração pública e do setor privado. Comentou: “Nós

160 *da APAE, como educadores temos que fazer garantir tais direitos, porque o direito por si só não obtém a sua eficácia, e sim a criação e elaboração de projetos, que possam vir a ser implantados em parceria com as empresas, para legitimar os direitos sociais dos portadores de deficiência e o conseqüente exercício da cidadania. A capacitação profissional do*

165 *deficiente intelectual é essencial tanto para a sua inserção na sociedade como para o seu desenvolvimento pessoal. Para a pessoa portadora de deficiência o trabalho é uma oportunidade de uma ação como cidadão, de auto-afirmação, de valorização enquanto ser social. Quando tem essa responsabilidade, o portador de deficiência tem sua auto-estima elevada e é valorizado e respeitado pela família e pela sociedade.”* Informou que existem 35 educandos inseridos no mercado de trabalho nas seguintes empresas: Supermercado

170 Angeloni: 07 educandos, Hipermercado Big Wall Mart: 11 educandos, Bistek Hipermercado: 02 educandos, Docol Metais Sanitários: 03 educandos, Puras do Brasil: 10 educandos, Giassi Hipermercado: 01 educando e Mercure Hotel Prinz: 01 educando. Mostrou também as atividades extraclasse, educação física, arte, brinquedoteca, música e dança, competições, informou que a APAE conta com o serviço de transporte e dispõe de 03 ônibus próprios e 02 cedidos pelo Município através de convênio entre a Secretaria de Educação e a Transtusa para transporte dos educandos de Pirabeiraba e região, no período vespertino e a empresa Gidion para o transporte dos educandos da Zona Sul, no período matutino. Além de todas essas atividades, a APAE conta também com o Clube de Mães, informou.

180 Apresentou o relatório financeiro da APAE de 01/01/2009 a 31/07/2009, informando as receitas no valor de quatrocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dezenove reais e onze centavos e as despesas no valor de quinhentos e trinta mil, dezessete reais e noventa e cinco centavos, resultando em um saldo negativo de setenta e sete mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos. Sra. Heloisa encerrou sua apresentação enfatizando: “*Tem gente que acha que a APAE é um lugar de loucos, não é! São pessoas com deficiência intelectual.*” Agradeceu a oportunidade e convidou a todos para conhecer o trabalho da APAE. A presidente convidou o representante da Secretaria Municipal de Saúde para apresentar o item 2.2 da pauta. Sr. Vilson Méier cumprimentou a todos e informou que, a Secretaria havia recebido alguns ofícios da Comissão de Assuntos Internos, citou um deles, onde a referida comissão solicitava os dados financeiros com a complexidade das

185 contas, comentou: “*Pra nós a complexidade das contas são os balancetes das receitas, aberto, como nós apresentamos aqui o resumido, então nós encaminhamos à CAI o balancete da receita, o balancete das despesas, o plano de contas e o balancete financeiro do terceiro trimestre, a CAI analisou esses relatórios e nos fez uma segunda*

190 *indagação, da qual ela solicitava, em função da análise do balancete encaminhado pelo setor financeiro, maiores informações quanto à locação de imóveis, manutenção de software, manutenção e conservação de bens e imóveis, locação de veículos, serviços de apoio administrativo, outros serviços de terceiros, construção da casa abrigo, outros materiais de consumo e outras despesas fixas de pessoal. O nosso entendimento foi*

200 *informar todas as despesas liquidadas, com cada item desses, então o que a gente informou*



205 *foi a categoria, resultado de locação de imóveis de pessoa física, o numero de bens o credor e o valor que foi pago. São relatórios bastante extensos, como o pedido que nos é feito é apresentar os esclarecimentos que a CAI solicitou, eu pergunto se é isso mesmo que eu devo fazer? Pois, os relatórios são bastante extensos e vamos precisar de mais tempo”* A presidente perguntou se houve um momento de esclarecimentos entre CAI e Vilson. Sr.

210 Vilson informou que em nenhum momento foi convidado a participar de uma reunião da CAI. Conselheiro Leonardo Rosalvo Jucinsky sugeriu que esse esclarecimento fosse realizado em reunião da CAI. Conselheiro Valmor João Machado falou que, quando fazia parte da CAI, participou da análise desses relatórios e confirmou que ficaram dúvidas com relação à valores nos itens já citados pelo Sr. Vilson. Porém, naquele momento, havia entendido que

215 os esclarecimentos seriam feitos à comissão. Conselheira Janaina Martins, Vice-presidente da Mesa, esclareceu aos conselheiros que na assembléia do dia 28.09.09, a plenária aprovou o envio de um ofício ao gestor, solicitando a presença de um representante do setor financeiro, para prestar esclarecimentos a plenária, visto que a CAI apresentou Parecer referente à Prestação de Contas do terceiro trimestre de 2008 da SMS/FMS, declarando

220 insuficiência de informações para emitir um Parecer final. A presidente falou que não haveria necessidade de votação, todos estavam de acordo que os esclarecimentos seriam realizados em reunião da CAI, aproveitou para agradecer o apoio da Secretaria Municipal de Saúde. Dando seqüência à Pauta do dia, convidou o conselheiro Leonardo Rosalvo Jucinsky para apresentar o item 2.3. Conselheiro Leonardo fez a leitura do Parecer: *PARECER DA*

225 *COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNOS Nº 030/2009 - de 26 de agosto de 2009- PRESTAÇÃO DE CONTAS DO QUARTO TRIMESTRE DE DOIS MIL E OITO DO CEREST Considerando a prestação de contas do 4º trimestre de 2008, apresentada pelo CEREST ao Conselho Municipal de Saúde em 23.03.09, a análise da abertura das contas encaminhada em 22.05.09 e tendo em vista que, após análise dos dados, permanecem dúvidas, a*

230 *Comissão de Assuntos Internos recomenda a não aprovação desta Prestação de Contas.”* **Manifestações:** Conselheiro Mendes Maulli questionou o motivo da não aprovação. Conselheiro Valmor João Machado informou que foi solicitado o detalhamento e abertura das contas e como não houve esclarecimentos satisfatórios, a CAI sugeriu a não aprovação. Sr. Antonio Coelho perguntou qual o encaminhamento do CMS, já que a CAI não conseguiu

235 emitir um Parecer. O Parecer em pauta, foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes, sendo registrado os votos contrários da conselheira Michele de Souza Andrade e conselheiro Mario Ivo Maiochi, conselheiro Paulo Felipe Heck se absteve. Surgiram duas propostas, a primeira de encaminhar as prestações de contas do 3º e 4º trimestre do Cerest, não aprovados pelo conselho, ao Ministério Público e a Segunda de encaminhar à

240 Controladoria do Município. Aprovada a segunda proposta por maioria dos conselheiros presentes. O conselheiro Leonardo Rosalvo Jucinsky prosseguiu com a leitura do Parecer nº. 031/09 *“PARECER DA COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNOS Nº 031/2009 - de 09 de setembro de 2009 - ANÁLISE E PARECER DA PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE OS MESES DE MAIO E JUNHO 2009 DO ABRIGO ANIMAL - Considerando: a prestação*

245 *de contas dos meses de maio e junho de 2009 apresentada pelo Abrigo Animal. “Sugere-se: a aprovação da Prestação de Contas, referente os meses de maio e junho de 2009 do Abrigo Animal.”* **Manifestações:** Sr. Antonio Coelho perguntou por que o Abrigo Animal está prestando contas a cada dois meses. A conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole, presidente do CMS, esclareceu: *“ Justamente eu gostei deste questionamento, porque a*

250 *Mesa também iria fazer este questionamento, porque foi aprovado que todos os prestadores de serviço, pela comissão, de seis em seis meses. Olha a gravidade! Porque se não for apresentado de dois em dois meses, ao conselho, eles também não recebem. Então a gente vai ter que estar encaminhando essa situação, de novo, pra CAI, não o Abrigo Animal, mas a situação da prestação de contas das entidades, de seis em seis meses. Eu acho que tem*

255 *que ser visto o contrato que foi feito pra depois estar sendo encaminhado, é uma sugestão à*



comissão, porque a plenária já aprovou que é de seis em seis meses, sendo que eles tem que fazer prestação de contas de dois em dois meses, como o Sr. Antonio tinha comentado.” Em seguida o Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes. Conselheiro Leonardo fez a Leitura do Parecer nº. 032/09 “PARECER DA COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNOS Nº 032/2009 - de 09 de setembro de 2009 - ANÁLISE E PARECER DA SOLICITAÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA, EDUCAÇÃO, PREVENÇÃO E APOIO ÀS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO-INPAT - Considerando que o Serviço Público já oferece esse atendimento via Sistema Único de Saúde, a comissão de assuntos internos concluiu que não há necessidade de outro convênio. Portanto, a comissão após analisar a solicitação desse serviço, recomenda a não aprovação.” Sr. Edelson Pereira manifestou sua indignação, visto que em nenhum momento a Comissão de Assuntos Internos o convidou para esclarecer o pedido. Informou que o trabalho do Instituto é bem diferente do que o SUS realiza, na opinião dele, não houve uma “boa conversa” sobre o que a organização faz. Conselheira Bruna Heinz de Souza comentou que não foi encaminhado nenhum projeto do Instituto para que a comissão pudesse avaliar melhor, o que receberam foi apenas um ofício. A presidente comentou: “ Eu já participei da Comissão de Assuntos Internos, com todo o respeito ao excelente trabalho que a comissão vem fazendo, quanto a gente não tem material o suficiente também a gente pode estar pedindo mais informações, como foi feito à Secretaria e outras instituições, independente de a, b, c ou d, que tenha ou não credenciamento, tem membros aí que já participaram da comissão e sabem que o trabalho da comissão é esse. Se só veio o ofício, então quero mais informação, porque nós enquanto conselheiros, peço desculpas a todos aqui, nós temos que estar embasados em Leis. Toda comissão seja CAI, CAE, que estiver nesse conselho, tem que estar embasada em Leis, não em cima somente de um ofício. Em cima de um ofício vai ser difícil de qualquer comissão dar Parecer, então o que a gente vai estar colocando em votação sim o Parecer, até porque o próprio coordenador não se sente preparado para dar mais esclarecimentos.” Sr. Antonio Coelho comentou “ se o Parecer diz que já tem o serviço no SUS, a Lei diz que só pode pagar se o SUS não oferece o serviço, conclui-se que o Parecer está correto.” **O Parecer foi aprovado por maioria de votos dos conselheiros presentes.** Sendo registrado os votos contrários dos conselheiros Roberto Tavares, Janaina Martins e Lila Jerusa Abreu Nascimento e duas abstenções, conselheiro Tércio Egon Paulo Karsten e Paulo Felipe Heck. Conselheiro Leonardo Rosalvo Jucinsky fez a leitura do Parecer nº 032/09 “PARECER Nº 033 DE 2009 - Da Comissão de Assuntos Internos do Conselho Municipal de Saúde, referente análise da Prestação de Contas do 1º Semestre do ano de 2009, do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - Considerando: que o Gestor de Saúde através do Ofício nº509/09 – SST/CEREST prestou os devidos esclarecimentos a Comissão de Assuntos Internos do Conselho Municipal de Saúde quanto as dúvidas que surgiram após a avaliação minuciosa do Relatório de Prestação de Contas - 1º Semestre / 2009 relativo ao CEREST – Regional; A Comissão de Assuntos Internos Recomenda: A aprovação da Prestação de Contas do 1º Semestre – 2009 do CEREST; Que as futuras prestações de contas sejam avaliadas pela Comissão de Saúde do Trabalhador, comissão esta vinculada ao Conselho Municipal de Saúde e que tem entre seus objetivos, acompanhar todas as ações, atividades e a política na área de saúde do trabalhador, e que este apresente posteriormente para a plenária do Conselho Municipal de Saúde para aprovação final; Que as prestações de contas do CEREST sejam enviadas para todos os gestores de saúde dos municípios da área de abrangência do serviço e para a CIST - Estadual, para conhecimento e acompanhamento; Joinville, 23 de setembro de 2009.” Conselheira Janaina não entendeu o termo utilizado no Parecer, “semestre” e a sugestão de encaminhamento da prestação de contas à comissão de saúde do trabalhador, pois segundo a conselheira, esse não é o papel da Comissão de Saúde do Trabalhador e sim da Comissão de Assuntos Internos. Sugeriu que o Parecer não fosse aprovado pela Plenária.



A presidente comentou: “A comissão de saúde do trabalhador, saiu uma Resolução do Conselho Municipal de Saúde pra estar discutindo sobre a nomenclatura dela, que seria CIST, em primeiro lugar, saiu a Resolução da Comissão de Assuntos Internos, entao os conselheiros devem estar cientes. Até veio aqui o atual coordenador. Pela Lei 2437, diz que tem que ser CIST municipal e não comissão municipal. Então pra que continue a ter verba e tudo mais, até a própria CIST Estadual já me ligou hoje, pedindo urgente essa definição.”

310 Em seguida esclareceu à Senhora Ester Pereira Alves que CIST significa, Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e lembrou que a Resolução não foi cumprida ainda.

315 Comentou que a análise das prestações de contas não deve ser semestral. Justificou: “Por que o Secretário tem que fazer a prestação trimestral, seja aqui ao conselho ou na própria Câmara de Vereadores, como é que vai sair uma Resolução do CMS, da Prestação de contas, por semestre? Tem que ter dois Pareceres, um do primeiro trimestre e outro do segundo trimestre. Isso a Lei nos manda e o conselho tem que respeitar o que é Lei”

320 Conselheira Bruna Heinz de Souza justificou o Parecer da CAI, informando que a comissão entendeu que, se existe uma comissão de saúde do trabalhador, esta deveria analisar a prestação de contas do CEREST. O Parecer foi submetido à votação. A conselheira Luiza De Bastiani entrevistou com o seguinte comentário: “Foi dito que existe uma legislação, então não adianta a gente discutir algo que não esteja de acordo com a legislação, nem submeter a votação.”

325 A presidente discordou, comentou que a partir do momento que o Parecer entrou em Pauta, deve ser apreciado e votado. O Parecer foi reprovado pela maioria dos conselheiros presentes, sendo registradas duas abstenções, da conselheira Luiza De Bastiani e Valério Rodrigues. A presidente informou que o Parecer estaria voltando para reavaliação da Comissão de Assuntos Internos. Conselheiro Leonardo Rosalvo Jucinsky fez a leitura do Parecer nº. 034/2009 “PARECER Nº 034 DE 2009 - Da Comissão de Assuntos Internos do Conselho Municipal de Saúde, referente análise do Plano de Ação e Aplicação Regional, 2009, do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Macrorregião de Joinville - Considerando o conteúdo do Plano de Ação e Aplicação Regional – 2009, do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, da Macro Região de Joinville que, após

330 sua primeira apresentação no Conselho Municipal de Saúde, sofreu adequações a menor nos valores previstos em suas futuras despesas, tornando o mesmo mais próximo do critério de economicidade exigida por Lei; Considerando que, em todos os eixos, as metas e ações previstas atendem os objetivos definidos para o CEREST de abrangência Regional; A Comissão de Assuntos Internos recomenda: A aprovação do Plano de Ação e Aplicação Regional – 2009 do CEREST; Que o Plano de Ação e Aplicação Regional 2010 seja avaliado pela Comissão de Saúde do Trabalhador, comissão esta, vinculada ao Conselho Municipal de Saúde e que tem entre seus objetivos, acompanhar todas as ações, atividades e a política na área de saúde do trabalhador, e que este apresente posteriormente para a plenária do Conselho Municipal de Saúde para aprovação final; Que o Plano de Ação e

335 Aplicação Regional – 2010 seja enviado para todos os gestores de saúde dos municípios da área de abrangência do CEREST Joinville e para a CIST - Estadual, para conhecimento e acompanhamento das metas previstas no referido plano; Joinville, 23 de setembro de 2009”

O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes. A presidente comentou “ele usou todos os artigos do Regimento da Comissão de Saúde do Trabalhador, então este Parecer está de acordo!”

340 **2.8-Discussão e encaminhamento referente conteúdo da Resolução nº 037/08 que dispõe sobre a solicitação de uma auditoria no HMSJ.** A presidente esclareceu “foi solicitado auditoria no Hospital Municipal São José, só que foi colocado como ‘ auditoria independente’. Nós enquanto, Mesa fomos atrás de informações e conforme a Resolução 333, diz que a partir do momento que existe uma

345 Resolução do Conselho pedindo uma auditoria ele tem que ser encaminhado automaticamente ao Ministério Público” Informou que a Mesa foi ao Ministério Público, Federal e Estadual e fez contato com o DENASUS- Departamento Nacional de Auditoria do

350

355



SUS e as informações foram que a auditoria independente gera custos ao município. “ e isso não é o que nós queremos” pontuou. Informou que na próxima reunião do conselho haveria uma apresentação da Controladoria do município, resultado da visita da Mesa à repartição citada. Informou ainda que o Ministério Público e a Procuradoria também foram convidados a se fazer presentes. Comentou ainda *“nós pedimos, enquanto Mesa, que a Secretaria suspendesse a auditoria, por que não tinha como estar gastando, independente disso, já foi um comunicado com denúncia ao DENASUS”* Dr. Tarcísio Crocomo elogiou a atitude e julgou a mais sábia para o momento e lembrou que independente disto, vai passar pelo Tribunal de Contas da União. A presidente enfatizou *“Auditoria vai haver, isso não tenha dúvida, será respeitado tudo como manda a Lei, só para esclarecer.”* Aproveitou para parabenizar todos os médicos pelo seu dia e comentou sobre sua ausência na reunião anterior, justificou que estava em Brasília e informou que deixou na secretaria executiva um exemplar do Pacto pela Saúde e Transferência de Fundo a Fundo. Em seguida passou a apresentação do item 2.9, iniciou informando que a Oficina ocorreu no mês de março em Florianópolis, apontou o objetivo do evento, *“Estimular os conselheiros de Saúde na apropriação de conhecimentos sobre planejamento, controle, monitoramento, avaliação e fiscalização dos recursos da saúde, para que tenham uma atuação qualificada no controle social, bem como, fomentar a criação das comissões de educação permanente e de orçamento e financiamento nos Conselhos de Saúde. apresentou os objetivos”* Pontuou os conteúdos trabalhados e comentou a frase *“ SUS é cidadania: O cidadão tem o direito e o dever de saber do seu dinheiro”*. Descreveu a “TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO” como repasse regular e automático de valores aos Estados, municípios e Distrito Federal, feito diretamente pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), que é o gestor financeiro do Sistema Único de Saúde(SUS) na esfera federal. Apontou quem pode receber esse repasse: Estados, municípios e o Distrito Federal, desde que estejam habilitados nas condições de gestão estabelecidas pela NOB- Norma Operacional Básica, NOAS- Norma Operacional de assistência à saúde e adequações contidas no Pacto pela Saúde. Comentou que para receber uma transferência Fundo a Fundo, o município deve fazer o Pacto de Gestão com o seu Estado, por meio das Comissões Intergestores Bipartite (CIB) e homologar esse Pacto de Gestão junto à Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Lembrou *“isso tudo após aprovação do conselho, CIB e CIT, tem que passar pelo conselho municipal, estadual, nacional, por que, CIB e CIT pactuam e o conselho delibera”* Mostrou os Blocos de Financiamento, que podem ser visualizados, com detalhes, no anexo 01 desta ata. Comentou que o CMS deve fiscalizar as verbas desses blocos, de maneira detalhada. Lembrou que existe uma deliberação do CMS, onde foi composta a comissão de orçamento e financiamento, que não foi ativada em função de que, na época, a comissão de assuntos externos não estava completa. *“Nós temos que estar revendo essa situação, por que essa comissão vai tratar especificamente das prestações de conta, da parte de financiamento.”* Comentou que será encaminhada à Comissão de Capacitação, proposta de realização de um Seminário, no início do próximo ano, sobre o tema: Orçamento e Financiamento no SUS. Pontuou que tanto ela como a Secretária Sandra, estariam à frente da organização desse evento e a disposição para maiores esclarecimentos. Informou que no mês de novembro estaria acontecendo um segundo momento, desta oficina, em Brasília, da qual, ela e a Secretária Executiva estariam participando, no intuito de reunir maiores informações para subsidiar a proposta. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMS Cléia Aparecida Clemente Giosole deu por encerrada a centésima décima terceira Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e cinquenta e sete minutos, da qual eu, Sandra Helena Camilo Bado da Cruz, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os(as) conselheiros(as): **Michele de Souza Andrade, Célia Diefenbach, Ana Maria Groff Jansen, Helena João de Souza Francelino, Douglas Calheiros Machado, Heloisa Walter de Oliveira, Tercio Egon Paulo Karten, Karina**



410 **Luzivotto Protti, Janaina Martins, Bruna Heinz de Souza, Lila Jerusa Nascimento**
Pereira Abreu, Albertina Valentine Cristofolini, Sonia Mara Maçaneiro, Paulo Felipe
Heck, Luciano Soares, Martha Maria Vieira de S. A. Artilheiro, Tânia Maria Crescencio,
Mário Bruckheimer, Antonio Carlos Fernandes, Elza Francisco, Adalberto Franco de
Camargo, Albertino Miguel Rosa, Luiza De Bastiane, Mendes José Maulli, Yonne
415 **Maciel Rocha, Almerize Verônica Leite, Mauren Bruckheimer, Mauren Bruckheimer,**
Marli Lipinski Wuff, Valdir Vieira Rebello, Roberto Tavares, Nelson Antonio de Souza,
Mário Ivo Maiochi, Cleia Aparecida Clemente Giosole, Edson Bazil, Almir Bento Adami,
Ivanir Alievi Vieira, Eulália Genuim, Anselmo Silvério, Euclides Paterno, Valmor João
Machado, três representantes de Conselhos Locais, representantes do Ielusc, da
ASSACOM, do IFSC, do INPAT, da Secretaria Municipal de Saúde e da APAE.